

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Paula Ivete da Costa Melo ¹

Eliene Maria de Sousa Duarte ²

Martha Cristina Eleutério Maia ³

Niltomar Dantas⁴

Damião Carlos Freires de Azevedo(orientador) ⁵

RESUMO

Diante das dificuldades hoje enfrentadas dentro das escolas, podemos adiantar que impreterivelmente deve-se promover com urgência mais políticas educacionais que atendam aos anseios de toda uma sociedade, visando a melhoria do ensino e da estrutura das escolas, permitindo que professores possam ser melhores pagos e que alunos possam vir para a escola com vontade de aprender e de estar na escola. Uma escola de qualidade muda toda a vida de pessoas que tem no saber a vontade de mudanças, sendo necessário se fazer presente pessoas capacitadas e alunos ávidos de conhecimento. Já estamos no século XXI e poucas mudanças foram feitas a partir de leis já instituídas para a Educação. Promover melhorias nas práticas educacionais requer um mínimo de boa vontade por parte do poder público. Cada vez mais necessárias as leis não são suficientes para efetivá-las havendo necessidade de propostas democráticas onde todos possam compartilhar de seus anseios e sugestões, fazendo críticas as quais se preocupem com a isonomia. Pretendemos nesse artigo mostrar as várias vertentes das Políticas Educacionais e de que forma algumas leis, diretrizes e programas, que beneficiam ou burocratizam os projetos e ações voltadas ao ensino público têm sua relevância.

Palavras-chave: Educação, Qualidade, Isonomia.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais, objeto desse artigo, nos remete, e isso está claro, à situação da educação no nosso país. De como são feitas essas políticas, de que forma estão sendo implantadas e realizadas dentro das escolas, e efetivamente estão sendo realmente disseminadas a seu propósito inicial, desta feita há muito a que se falar acerca do assunto.

Entender o que é política já é um passo bastante significativo para localizar a dimensão de sua totalidade em conceitos específicos.

A Política vem da palavra grega Politikó, que tem seu significado a participação de pessoas que são livres nas decisões sobre os rumos da cidade, pólis; e Educação, no seu sentido mais amplo, significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são

¹ Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela Faculdade Cecap - DF, paulaivete_41@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela Faculdade Cecap - DF, lenaduarte09@gmail.com;

³ Professora do Ensino Fundamental do Município de Mossoró - RN, Marthacristinamaia@hotmail.com

⁴ Professor do Ensino Médio do Município de Mossoró - RN, niltom_dantas@hotmail.com

⁵ Professor orientador: Pós Dr em Educação, UFPB, olschargeo@gmail.com

transferidos de uma geração para a geração seguinte. “Educação é o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento”.

Então, as políticas educacionais devem promover o engajamento escolar visando garantir, a todo cidadão brasileiro, o direito ao acesso à educação em seu estado e município. Nesse sentido, os governos precisam criar e manter espaços adequados e suficientes para o número de alunos, assim como ampliar e reorganizar suas estruturas no sentido de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Sabemos que, no Brasil, muitos alunos se encontram em situação de vulnerabilidade social. Problemas como pobreza extrema e subnutrição, por exemplo, que afetam muito o aprendizado e sua vontade de estar na escola. Dessa forma, é fundamental que haja uma interferência junto às políticas educacionais e à assistência social com ações voltadas ao combate à miséria e que possam promover a saúde mental e intelectual desses alunos, fazendo-se necessária a atuação conjunta do Ministério da Educação, dos Estados e municípios com suas secretarias estaduais e municipais de educação como também buscar parceria junto à secretaria de desenvolvimento social.

Também é função das políticas educacionais esclarecer o papel da escola e suas especificidades. São diversas as propostas de Educação Integral implantadas no país e que têm trabalhado nesse sentido, melhorando a qualidade de vida como também buscando melhorar as expectativas de alunos, professores e da sociedade como um todo para a educação.

Além das políticas educacionais que citaremos ao longo do texto, existem diversas outras iniciativas de grande importância no nosso país. Portanto, considerando a importância da educação como um direito social garantido pela Constituição Federal, podemos dizer que as políticas educacionais fazem parte do processo de crescimento e desenvolvimento do nosso país — contribuindo, inclusive, para mudar o Brasil que conhecemos.

Toda política educacional requer ações voltadas para a melhoria contínua e significativa da efetividade dos serviços oferecidos nas escolas, desde a qualificação de professores como também as metodologias aplicadas, que sejam mais eficazes, e que possam ser orientadas com uma visão de projeto de vida, para que os jovens compreendam o valor da educação no cotidiano, no seu futuro profissional e na complexidade do convívio em sociedade importantes na vida de cada um.

A escola deve ser um ambiente seguro e acolhedor que conte com mecanismos efetivos de resolução de conflitos e de participação na construção de normas, de forma que estas sejam compreendidas e aceitas por todos que a fazem, sejam os alunos, o corpo de professores ou a comunidade escolar de um modo geral.

Desta feita, a garantia do acesso de todos os jovens a uma escola, é esperado que essa escola tenha condições de ensinar de forma adequada. Para isso, são necessários uma boa estrutura e um bom currículo, com livros, carteiras, lousa, material didático pedagógico que auxiliem o professor em suas atividades na escola, inclusive da acessibilidade à capacitação profissional, acesso à internet e outros equipamentos que o professor e o aluno precisam para as atividades. E conseqüentemente ter espaço, e material humano suficientes como os professores e ter um currículo de boa qualidade.

METODOLOGIA

Atualmente, existem duas versões de política educacional correspondentes às práticas políticas aristotélicas e platônicas. Na linha platônica, há a política educacional tecnocrática, e, na vertente aristotélica, há a política educacional municipalizante.

Na vertente platônica, aqueles que elaboram a política educacional são representantes do Estado – um pequeno grupo de pessoas que também desenvolve a atividade normativa sobre o sistema de ensino público, sem, contudo, ser responsável pelo fornecimento do ensino.

Essa elite é conhecida como representante da tecnocracia. Na esfera educacional, a tecnocracia tem um perfil antidemocrático, já que continuamente reserva para si o monopólio das virtudes necessárias para a direção da educação.

O planejamento, um instrumento para a concretização da política educacional, quando é tecnocrático, obedece a uma orientação platônica, ou seja, não é flexível e não sofre mudanças de acordo com a dinâmica da realidade.

A política educacional municipalizante assegura recursos públicos desvinculados de posições político-partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com o motivo educacional.

Essa descentralização não requer a existência da dispendiosa burocracia. Há bastante flexibilidade nos currículos escolares, permitindo que ocorram mudanças quando e onde elas se fizerem necessárias. A gestão de cada unidade escolar é bastante democrática, pois os (as) diretores (as) de cada escola pertencem à comunidade em que ela está localizada, o que faz da figura do administrador escolar uma espécie de ponte entre a instituição e o contexto em que ela está inserida.

Assim, a política educacional tem muito a ver com o contexto e a organização política de cada sociedade e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela existe.

Um grande avanço na escolarização no Brasil, foi a gratuidade do ensino público, que fez com que muitas pessoas tivessem acesso ao estudo, mudando expectativas de vida, sugerindo que poderia ser possível realizar sonhos, passou a ser também uma obrigatoriedade da família colocar seus filhos na escola, contemplando assim a educação básica e até o ensino superior. Embora com muitas falhas na educação, comportamentos racistas e preconceituosos, vem sendo abolidos dentro das escolas. Não é o ideal, longe disso, mas é um passo importante para a melhoria do ensino e a qualidade da educação.

O Poder Legislativo, através dos seus membros os deputados federais, estaduais, senadores e vereadores, criam propostas educacionais que são estudadas e votadas em cada uma das esferas de governo: federal, estadual e municipal. O Poder Executivo através do Presidente da República, governadores e prefeitos, também podem propor medidas que possam fazer melhorias na área da educação.

da formação das políticas públicas de educação. Mostrar seus anseios e necessidades, procurando opinar enquanto cidadãos nos seus direitos e deveres, contribuindo assim de forma concisa e relevante na elaboração e efetivação dos projetos que enfoquem as políticas educacionais.

Uma das maneiras de participar da criação das políticas educacionais é pela participação nos conselhos de políticas públicas. Os conselhos são formados por representantes do governo

e por cidadãos. São espaços de discussão em que as pessoas podem dar sua opinião, falar sobre suas necessidades e sugerir mudanças que possam trazer mais benefícios para a educação.

Acredita-se que a educação pública brasileira, vem sofrendo influência do mercado financeiro nas últimas décadas e que se intensifica ano após ano. O setor privado, principalmente o empresarial, tende a ter um grande destaque no papel da educação, Contudo, o que mais se vê é que a introdução das políticas educacionais externas visando introduzir uma importação do mercado estrangeiro dentro das políticas educacionais brasileiras como aponta dados de movimentos financiados por empresários como alguns dos responsáveis por influenciar a pauta da política educacional.

É de fundamental importância ainda citar que existem, no modelo atual de políticas educacionais, ações voltadas para que crianças e jovens com necessidades especiais tenham seus direitos assegurados pela Lei e que todos estejam frequentando a escola. Não se pode falar em educação, em políticas educacionais e deixar de fora a educação especial, os programas existentes são necessários e de grande valia, pois o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola de pessoas com deficiência, traz a premissa de que a lei realmente é para todos, todos em prol de uma educação inclusiva, com acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

As políticas educacionais numa perspectiva mundial passaram por influências do capitalismo ao longo da história, foi possível perceber durante as leituras que instituições financeiras se envolveram nas situações educacionais principalmente de países latino americanos. Como afirma Silva (2016, pag. 2) “O Banco Mundial altera as ações das políticas educacionais a partir do final da década de 1960, mesmo sendo criado em 1940 com a finalidade de oferecer aos países afligidos pela guerra empréstimos a juros baixos.”

As políticas educacionais no Brasil não é uma prioridade e não há avanço o qual é tão desejado na nossa educação, pois entrava nos perpassos da continuidade do processo educativo, e muitos são os fatores que podemos considerar acerca do que acreditamos existir, que seriam o descontentamento da elite, elite essa que norteiam a nossa nação em todos os setores, e a educação pública não fica de fora, inclusive é uma das mais atingidas, os recursos destinados a ela são significativos, mas não chegam dentro das escolas e quando chegam são a passos de tartaruga, e isso é notório e não precisamos entender muito para saber que não há uma valorização da educação no Brasil.

Assim os países da elite capitalista perceberam que uma nova estratégia poderia ser utilizada para dominar esses países que ainda buscavam forças para lutar contra a opressão imposta por esses países, principalmente a dominação imposta pelos Estados Unidos.

A atual constituição de 1988 afixou em 18% da União e 25% para Estados e Municípios dos percentuais mínimos das receitas resultantes de impostos para educação. Com isso, o lançamento do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) em 2007, se percebe que o investimento repassado ao FUNDEB, está longe do previsto em lei e com isso as escolas públicas se encontram deterioradas onde muitas das vezes os alunos não usufruem do básico necessário para garantir seu direito ao acesso do conhecimento. O que se espera das políticas

educacionais é a responsabilidade do estado de garantir educação a todos, seja na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou ensino superior.

Com a Constituição de 1988 e com alterações da legislação durante a Nova República, inicia uma nova etapa na qual as reformas dos anos 90 fundamentou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, de 1996, e o Plano Nacional de Educação, de janeiro de 2001.

As metas educacionais desejadas não foram alcançadas mesmo com o investimento financeiro do FUNDEF por 10 anos, o FUNDEB durante 14 anos com prazo para se efetivar até 2020, com isso aguardamos implantação das novas ideias, atrelando também a nova BNCC.

Alguns exemplos de políticas públicas de educação que existem no país. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC) podemos citar:

a) Programa Brasil Alfabetizado

É um programa que existe nos estados para fazer a alfabetização de jovens, adultos e idosos.

b) Educação para Jovens e Adultos (EJA)

Programa dedicado à educação de adultos que não terminaram os estudos na idade indicada. O EJA atende desde o ensino fundamental até o ensino médio.

c) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O PRONATEC surgiu para aumentar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissionalizante. O programa atende estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de outros programas sociais do governo.

d) Programa Universidade Para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi criado para oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas são destinadas aos estudantes de baixa renda que ainda não têm ensino universitário.

e) MEDIOTEC

É um programa que oferece cursos de ensino técnico dedicado aos estudantes que estão cursando ensino médio nas escolas públicas estaduais.

f) Programa Escola Acessível

O programa foi criado para aumentar a acessibilidade no ambiente escolar da rede pública de ensino. Oferece informação e recursos de ensino para melhorar o aprendizado de estudantes com necessidades especiais.

g) Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND)

Programa criado para dar apoio financeiro aos cursos de licenciaturas indígenas ou interculturais que formam os professores de escolas indígenas.

h) Programa Caminho da Escola

Programa criado para melhorar e aumentar a frota de veículos que faz o transporte escolar nas redes de ensino estaduais e municipais.

i) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

É um fundo dedicado ao aumento de investimento financeiro do governo federal em projetos de educação nos estados. (Que tem como objetivo eliminação do analfabetismo e universalização o ensino fundamental no prazo de 14 anos que termina em 2020).

j) Educação em Prisões

É um programa educativo de apoio financeiro e técnico para dar ensino a jovens e adultos que cumprem pena no sistema prisional.

k) Programa Brasil Profissionalizado

Programa de educação profissionalizante dirigido aos jovens matriculados no ensino médio da rede pública de ensino.

Principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas que assim as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que no avanço dos anos foram reformuladas até o modelo atual datado de 1996.

- Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

- Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal e por outras leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96). O direito dos cidadãos de ter acesso à educação é garantido pela Constituição Federal no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Muitas são as questões que vêm sendo estudadas, quando nos referimos à educação básica brasileira. Independente da abordagem que embasa as discussões, um dos temas recorrentes é a qualidade do ensino, desigual entre as regiões do Brasil. A garantia de uma educação de qualidade só ocorrerá a partir do momento em que sejam adotadas políticas públicas que assegurem a igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações sobre a Política educacional no Brasil, nos remete a perceber que significativamente foram feitas muitas coisas, mas percebemos também que não efetivamente, já que vivemos um processo longo de contradições no que concerne às condições que as escolas enfrentam, com mal funcionamento em sua gestão, menosprezando o professor e inferindo conceitos antidemocráticos aos que realmente fazem a escola. Com o intuito de melhorar a aprendizagem e as condições de vida de muitas pessoas a educação é tida como um trampolim para que muitas crianças, jovens e adultos possam sair da linha da pobreza e tornar-se pessoas bem sucedidas. Nesse caso concordamos quando, referente às políticas educacionais, Oliveira afirma:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação (Oliveira, 2010, p. 04).

A distinção entre política pública e a política, de um modo geral, é que esta também é praticada pela sociedade civil, e não apenas pelo governo. Isso quer dizer que política pública requer que o governo tenha condição exclusiva de aplicá-las de forma satisfatória, no que se

refere a toda a sua extensão como o fazer, informar, construir, deliberar, implementar e monitorar para que estas leis funcionem.

A importância dessa informação se dá porque educação é algo que vai além do ambiente escolar. E é tudo o que se aprende socialmente, seja na família, na igreja, na escola, no trabalho, na rua, etc., o que resulta o aprendizado do ensino, da observação, da repetição, reprodução, inserção, é educação. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível através de traçar metas por um sistema que é resultado de políticas públicas.

Políticas públicas em educação devem abranger e favorecer a educação em seu amplo sentido, normatizando a produção de medidas que ampliem o acesso à escola com uma qualidade de ensino, acesso à aprendizagem, promovendo sempre uma melhor qualidade de vida.

É importante frisar que políticas públicas educacionais devem ser discutidas com aqueles ou aquelas que estão dentro da Escola, que conhecem a realidade escolar. Pois, na maioria das vezes, não só nas políticas educacionais, mas em todo o contexto político, o que se vê, na verdade, são pessoas que nem conhecem a realidade daquilo que eles elaboram, muitas vezes, fazem vista grossa do que realmente é importante para a sociedade, mais beneficiando a si mesmos, ou a uma pequena parcela da sociedade.

Sendo assim, com uma gestão democrática, qualificada e participativa, conselho escolar, a participação de pais de alunos nas escolas, o engajamento da sociedade e a conscientização política, podemos sim ter uma escola de qualidade com ações voltadas para a comunidade, visando a melhoria do ensino, como também a qualidade de vida das pessoas, pois com o conhecimento, pode-se compreender a importância de suas decisões e atitudes, frente aos desafios da sociedade.

Baseada nessas informações é importante ressaltar a necessidade da participação de todos que fazem parte da comunidade escolar nas políticas educacionais, desde o engajamento nos conselhos escolares de classes, municipal e estadual, para que as decisões tomadas em relação às políticas educacionais fiquem a mercê dos bancos e organizações financeiras e não sejam apenas de interesse econômico.

Esperamos ainda que iniciativas relacionadas à meta 1 do PNE, o processo de elaboração e de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a provável implementação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI) em 2019, não sirvam como maquiagem com slogan “Todos Pela Educação”.

Todas as contribuições, implica em um processo de aprendizagem de equipe e em condições institucionais mínimas como a existência de pessoal de apoio administrativo e principalmente de um núcleo relativamente estável de professores que é indispensável, e ainda pessoal qualificado para atender a grande demanda hoje dentro da escola para o atendimento educacional especializado. A escola precisa de tempo para consolidar sua proposta de trabalho, identificar falhas e aprender com elas, promover ajustes e um dos aspectos que podem influenciar a aprendizagem do aluno é o tempo de experiência que a escola tem com uma equipe razoavelmente estável.

Após a realização de todo o trabalho da pesquisa, percebemos que há uma necessidade urgente de se qualificar os professores, melhorar a escolar e dar condições para que crianças, jovens e adultos possam ser parte significativa nesse contexto, e não mera ilustração. Para isso é importante que sejam realizadas políticas educacionais, voltadas exclusivamente com essa

finalidade, a de dar condições para que professores, gestão, família e sociedade façam uma corrente e andem de mãos dadas nessa jornada educacional.

Isso não quer dizer que ao ficarmos assistidos por todo o sistema de uma Política Educacional adequada para o nosso país, significa que nem tudo serão mil maravilhas, há muito o que se fazer na educação, muitas pessoas que vivem à margem da pobreza que nem sequer tem acesso a escola, as comunidades distantes que ainda vivem o transtorno da falta de escola, enfim são necessárias medidas para que realmente todos tenham direito a educação.

É preciso pensar, reinventar, começar a modificar os conteúdos e construir pilares para uma educação de qualidade, não se pode pensar o futuro sem pensar em bons profissionais da educação e em pessoas que façam a diferença e que, dessa forma possam transformar a informação em conhecimento e em consciência crítica para uma educação de qualidade com escolas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas inclusivas, assim podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Elas buscam, pela presença interventora do estado, aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. São voltadas para o indivíduo e para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio de oportunidades iguais ante a Lei.

Não há uma sociedade que não seja plural em meios sociais, cultura, sexo, etnias, religião e até mesmo de regiões. É dever do Estado e da sociedade gerir tais diferenças com isenção, competência e até mesmo com tolerância no âmbito público, assegurando a coesão social pela construção de uma cidadania aberta a todos, respeitando os princípios comuns da existência coletiva.

REFERÊNCIAS

ANPED (2013). OS PCN E AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM DEBATE. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/1515T.PDF>> Acesso em 13/03/2019.

Artigo - Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/2012-politicaspUBLICASEducaCionais.pdf> – Acesso em 19.03.19

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. 25.03.19.

Dicionário on-line Significados - Disponível em: <https://www.significados.com.br/educacao/> acesso em: 20/03/19.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. 2012.

LIBÂNEO, J.C. Internalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas. In: LIBÂNEO, J.C., SUANNO, V.R. e

OLIVEIRA, Adão F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. 2010, p.4 (In: OLIVEIRA, A. F. de; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Orgs). Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Góias: Editora PUC, 2010).

O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Ciclo Revista, [S.l.], set. 2016. ISSN 2526-8082. Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2019.

Portal do MEC - Disponível em: <http://www.mec.gov.br> – Acesso em 16/03/19.

Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/> - Acesso em 16/03/19.

Revista Educação e Políticas em Debate - v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012 - entrevista com Jamil Cury e Romualdo Portela. Acesso em 25.03.19.

Relatório Educação para Todos para o Brasil 2000/2015 – Versão preliminar. Junho/2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file> - acesso em 19/03/19.

SILVA, Iraci Balbina Gonçalves. O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Ciclo Revista, [S.l.], set. 2016. ISSN 2526-8082. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/view/225>>. Acesso em: 13 mar. 2019.